

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pecifica três tipos d

to de estudo plural

Oriente (categoria

o se ateria, porém,

ares orientalistas,

tudo durante a déc

Orientalismo

A palavra “orientalismo” é dicionarizada pela primeira vez em Portugal, de acordo com a investigação de Manuela Delgado Leão Ramos (*António Feijó e Camilo Pessanha*, 2001, pp. 18-19), no quarto volume do *Grande Dicionário Portuguez; ou Thesouro da Lingua Portugueza*, de 1873 – não por acaso data da realização do primeiro Congresso Internacional de Orientalistas, em Paris. Importada por via do Francês e mais especificamente, como bem sugere Ramos (*Idem*, p. 19), do dicionário de Émile Littré (1873-1874, p. 859), significava então “conjunto dos conhecimentos, das ideias filosóficas e costumes dos povos orientais.//Ciência dos orientalistas, conhecimento das línguas orientais”, sendo o orientalista “[h]omem versado n[esse] conhecimento” (Vieira, *Grande Diccionario*, 1873, p. 583). Se, por um lado, se define o orientalismo como um campo de estudo cujo objeto diversificado – as línguas, os costumes e as ideias dos povos do(s) Oriente(s) – o elevaria ao estatuto de ciência, por outro, e não menos relevante ainda que em consonância com a época, é associado a uma prática de género, o masculino, que dominará a produção discursiva sobre o Oriente em Portugal praticamente até ao final do século XX.

Esta definição aproxima-se da que o sanscritista Guilherme de Vasconcelos Abreu propôs na sua alocução aos membros da delegação portuguesa subscritora do primeiro Congresso dos Orientalistas para a constituição de uma Associação Promotora dos Estudos Orientais e Glóticos em Portugal. Visando propagar os estudos relativos ao Oriente, incluindo os da ciência da linguagem (glótica) e etnologia, esta Associação acolheria, como especifica no art.º 3 dos seus Estatutos, subscritos por A.A. Teixeira de Vasconcelos, Augusto Soromenho e Vasconcelos Abreu, “[t]odo o indivíduo, de qualquer sexo, que pretenda ser membro” (*Correspondência... com J. Possidónio da Silva*, 1874, vol. 7, doc. 986 bis). Esta abertura científica sem restrições de género ou classe profissional, pouco comum para a época, espelha bem a intencionalidade de congregar o maior número possível de nomes que visibilizassem uma comunidade orientalista de debate nacional. Esse esforço terá, no entanto, sido gorado, uma vez que só há registo de atividade da Associação entre 1874 e 1875 e não deixou obra digna de menção. Defende, então, o sanscritista que “o Orientalismo não é objeto de mera curiosidade; que não é assunto para entretenimento e ocupação de horas de ócio. O Orientalismo é a soma dos conhecimentos linguísticos, etnológicos e históricos acerca dos povos, do Oriente, antigos e modernos” (*Exposição*, 1874, pp. 8-9). Prescrevendo qualquer gesto de diletantismo incompatível



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

com uma atitude científica, o orientalista especifica três tipos de saberes que combinados dariam uma visão mais completa de um objeto de estudo plural, que partilha uma mesma origem ou pertença geográfica singular – o Oriente (categoria determinada em função da posição do observador europeu) – e que não se ateria, porém, ao passado.

Tanto a Vasconcelos Abreu como aos seus pares orientalistas, nacionais e estrangeiros, simpatizantes das ideias positivistas, sobretudo durante a década de 1870, interessaria não apenas rastrear as origens históricas, étnicas e linguísticas dos povos europeus como também conhecer as dos povos orientais sobre os quais os países da Europa mantinham relações de soberania, condição para o progresso tanto das colónias como, naturalmente, da metrópole europeia, que clamaria para si a condução desse processo evolutivo. Em sintonia com os países germânicos, também em Portugal Teófilo, Antero e Oliveira Martins sustentariam a tese de uma origem mítica superior – a ariana – para o povo português (Catroga, “A história começou a Oriente”, 1999, pp. 218-222).

Consiglieri Pedroso, em 1898, avança uma conceção de orientalismo também ela vocacionada para o estudo do passado, em particular de uma antiguidade clássica: “O orientalismo, isto é, a revelação assombrosa das velhas civilizações extintas, que outrora encheram com a sua fama o mundo asiático, só pode surgir à voz dos William Jones, dos Colebrooke, dos Rawlinson e de tantos outros eruditos, depois que pela audácia dos nossos marinheiros se lhes tornaram acessíveis as terras, onde jaziam os vestígios dos impérios evocados por eles à vida histórica” (*Influencia dos Descobrimentos*, 1898, p. 24). Para além de aliar o orientalismo ao estudo da História, Pedroso assinala uma circunstância de precedência empírica que se manterá como subtexto argumentativo e elo unificador dos demais discursos nacionais sobre o Oriente entre o final do século XIX e ao longo do de XX: o pioneirismo português no conhecimento *in loco* de territórios orientais, com destaque para os da Ásia, suas populações e línguas através da aventura da expansão marítima viabilizada pela viagem de Gama (1497-1498). Esta servirá de mote ao chamado “Oriente Português”, “que se estrutura num período que decorre dos primeiros anos do século XVI até às primeiras décadas do século XVIII, termo temporal em que se pode considerar estabilizado o processo de estabelecimento do Estado português no Oriente” (Saldanha, “Do Oriente Português”, 2004, p. 28). Os discursos finisseculares sobre o Oriente não se cansarão de retomar este tópico do contacto direto como, por um lado, rememoração de um período de progresso na história da nação que intermediou os primeiros diálogos culturais e comerciais entre a Europa e a Ásia e, por outro, como um ponto de viragem na história do progresso e da modernidade europeus e, por conseguinte, na construção tanto de um discurso como de um imaginário orientalistas.

A empresa marítimo-comercial quinhentista e seiscentista portuguesa, apoiada no projeto missionário e nos estudos que os seus agentes produziram, sobretudo em torno das línguas nativas, com as suas gramáticas e vocabulários, em que, por vezes, teciam também considerações sobre religiões e costumes locais, teria portanto sido subsidiária da emergência do orientalismo como conjunto de saberes sobre o não



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

européu. Nesse sentido, Pedroso não deixa de se perguntar: “E o que teriam sido, sem o prévio e direto conhecimento das terras aonde aportou o Gama e por onde mais tarde se espalharam os continuadores da sua obra, a mitologia comparada, a ciência das religiões, o direito comparativo indo-europeu, para não falar especialmente da arqueologia e da filologia indiana [...]?” (*Influência dos Descobrimentos*, 1898, p. 25). O historiador sugere, ainda que implicitamente, uma espécie de dívida epistemológica da Europa para com Portugal por este ter aberto caminho ao desenvolvimento do projeto e da ciência europeus.

Com efeito, a acumulação de saberes sobre o não europeu serviu de sustentáculo às práticas coloniais europeias, ao mesmo tempo que possibilitou a emergência de grandes centros de estudos orientais, como Londres, Paris, Munique ou Florença. A noção de dívida estará latente ao longo da produção historiográfica portuguesa e através dela marcar-se-ia o lugar precursor de Portugal na produção de conhecimento e de discursos sobre o Oriente, ainda que muita dessa produção (de Quinhentos e Seiscentos) não tivesse transposto as fronteiras linguísticas em que foi redigida, posto que se tratava sobretudo de obras “manuscritas em português, com uma circulação restrita de poucas cópias na corte de Lisboa e nos centros da Ásia” (Barreto, “O orientalismo conquista Portugal”, 1998, p. 279). O desconhecimento da literatura portuguesa quinhentista e seiscentista decorre, para David Lopes (“Note historique”, 1899, p. 69), da escassez de traduções que não terá permitido a sua disseminação. À língua atribui a pouca popularidade de que Portugal gozaria como centro produtor e fomentador de estudos orientais; esta mesma explicação seria replicada em contextos internacionais por historiadores como Silva Rego (por exemplo, “Indological Studies”, 1956, p. 223). Para além das fontes, também o trabalho feito sobre elas pelos orientalistas portugueses desde a segunda metade do século XIX continuaria a pecar por ser pouco acessível; a tradução inglesa que Xavier Soares faz, em 1936, de *Influência do Vocabulário Português em Línguas Asiáticas* (1913), do goês Sebastião Rodolfo Dalgado, é precisamente justificada com base em os orientalistas indianos não dominarem o Português e, por essa forma, desconhecem tanto o nome do orientalista como o seu trabalho (Soares, “Preface”, 1936, pp. v-vii).

Pedroso propõe um retorno às origens de um período áureo da história da nação, que é também o da presença portuguesa na Ásia. Este retorno foi tanto mais importante enquanto exame de consciência da nação face à constatação do seu atraso científico e cultural em relação aos vizinhos europeus, isto é, enquanto exercício de racionalização de uma identidade e história nacionais em crise – ou decadência. Vulgarizando-se no século XIX sobretudo com os trabalhos de Alexandre Herculano (por exemplo *O Bobo*, 1843) e de Antero de Quental (*Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, 1871), a decadência seria um dos tópicos recorrentes do orientalismo português e justificada como consequência ora da expansão marítima (Matos, “Oriente e Orientalismo”, 2002, p. 212), ora, no caso específico do império do Oriente, da atuação da Inquisição (Lopes Mendes, *O Oriente e a America*, 1892, p. 38) ou até mesmo da derrota portuguesa na batalha de Alcácer Quibir, que determinou o início da decadência da presença portuguesa em África – espaço, aliás, de mediação geográfica com o Oriente – e simbolizaria a derrota de Portugal enquanto



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

força militar (Colaço, ms. *Alcacer-Kebir*, 1901 [1892]). É esta noção de decadência que concorre para a percepção, no final do século XIX, de uma falha entre potencialidade para ser e *performance* ou, se quisermos, História, o que se fez e é. Ao mesmo tempo que, no mapa europeu, Portugal lamentaria a perda do seu *status* imperial, procurando “tão-somente conservar o que restava do seu velho império do Oriente” (Catroga, “A história começou a Oriente”, 1999, p. 228), no discurso europeu proliferavam lugares-comuns na caracterização das civilizações orientais antigas, como o da decadência, associada, como bem mostra a citação de Pedroso, à imagem da ruína ou do vestígio de uma glória passada. Glória essa que apenas os Portugueses de Quinhentos e Seiscentos teriam ainda conseguido testemunhar e que, no século XIX, seria suplantada pelo progresso europeu e, em contrapartida, por uma ideia de inferioridade ou desigualdade do Outro, não europeu e não cristão. Retomando Lopes Mendes, “[a] Índia, tendo em tempos remotos caminhado na dianteira da civilização, deixou depois outras nações tomarem-lhe o passo”, ou “os autóctones da Índia [...] não têm recebido o influxo da civilização europeia” (*O Oriente e a America*, 1892, pp. 2, 17).

Em 1919, e em linha com os seus antecessores, Sebastião Dalgado define o orientalismo como área do saber agregadora de várias subáreas e geografias, sem se ater a um critério temporal ou de foro linguístico: “Conjunto dos estudos concernentes ao Oriente e extremo Oriente. Tais estudos abrangem a sanscritologia, sinologia, o iranismo e o que diz respeito à Malásia, Indochina, Japão e Arábia. Por *orientalismo* também se entende ‘locação hiperbólica ou simbólica ao modo dos orientais’” (*Glossário Luso-Asiático*, 1919, p. 124). Significativa é a ressalva que o orientalista oriental faz quanto ao uso hiperbólico ou simbólico, quase carnavalesco, do termo para quem não é oriental se referir “ao modo dos orientais”. Se, por um lado, dá assim conta de uma diferença tacitamente assimilada entre oriental e não oriental, por outro distingue dois níveis de entendimento do orientalismo, um académico-disciplinar, outro discursivo, isto é, como um estilo de pensar, descrever e representar os orientais. Estilo esse que décadas mais tarde serviria para sustentar o argumento de Edward Said de que o orientalismo assentaria numa “diferença ontológica e epistemológica estabelecida entre ‘o Oriente’ e (na maioria dos casos) ‘o Ocidente’” (*Orientalismo*, 2004, pp. 2-3). Essa diferença é, na crítica portuguesa oitocentista, também de natureza identitária, na medida em que o Oriente servirá amiúde como expediente de autognose, como instrumento de crítica interna. Na esfera literária, é claro o exemplo proporcionado por Wenceslau de Moraes. O exilado oferece (sobretudo em *Relance da Alma Japonesa* [1926] e *Cartas do Japão* [1902 a 1913]) uma configuração feminina do Japão como forma de celebração desse Oriente, no qual reconhece um modelo civilizacional que constituiria uma possibilidade de reabilitação e regeneração não apenas de Portugal, mas de toda a raça branca. Embora criticando a inércia da política colonial portuguesa no que respeita particularmente a Macau, o autor insurge-se, por diversas vezes, contra a empresa colonial, defendendo mesmo a sua abolição. Preocupa-o o seu efeito nocivo para a moralidade humana e é contra o exercício de violência – militar, administrativa ou de qualquer outra natureza – sobre os espaços coloniais; propõe antes uma intervenção direcionada para o comércio e a exploração dos produtos coloniais por via da ação centralizadora da metrópole.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Ora as definições que se tem vindo a apresentar, numa perspetiva de síntese, de orientalismo apontam para a disciplinarização de uma área de estudos (Rabault-Feuerhahn, “La science la robe au vent”, 2012) – os estudos orientais – que se procurava, no final do século XIX, organizar e desenvolver a par de um discurso e imaginário sobre o Outro oriental, não havendo dúvida quanto ao perfil de quem teria a competência e legitimidade para o estudar e sobre ele falar – o europeu *especializado* na matéria (Idem, p. 2) ou com longa vivência empírica do espaço Oriente, ou o oriental formado e/ou radicado no Ocidente.

Fora de Portugal, sobretudo em Inglaterra, França, Alemanha, Itália e até Espanha, os estudos orientais prosperavam em virtude de iniciativas várias em prol da profissionalização de quem fazia este tipo de estudos, de que a criação de espaços de sociabilidade intelectual e debate científico como os Congressos Internacionais de Orientalistas é sintoma. Nestes congressos, que decorreram de forma mais ou menos regular durante um ciclo de 100 anos, entre 1873 e 1973, contando com 29 sessões oficiais (a que se juntam a de Londres de 1891 entretanto designada como estatutária e outra programada para Lisboa em 1892, onde nunca veio a acontecer), registou-se a circulação de participantes portugueses, ainda que intervalada e sem grande expressão numérica. Estes encontros foram, todavia, propícios ao estabelecimento e consolidação de redes de contacto e colaboração pelas quais os orientalistas portugueses se mantiveram atualizados a respeito dos avanços da orientalista praticada fora de Portugal e, alguns até, exportaram a sua própria produção científica. Francisco Maria Esteves Pereira é um caso ilustrativo, com muitos dos seus trabalhos recenseados em periódicos de línguas francesa e alemã. Sobretudo a partir do Congresso dos Orientalistas de Londres de 1892, pondo termo a uma cisão instalada desde, pelo menos, 1889 no seio da comunidade orientalista internacional, estes encontros seriam mais concorridos por orientalistas encartados, ou ditos profissionais, isto é, com percurso académico e/ou científico comprovados. Sobre os congressos, diz Filipa Vicente que “colocavam a denominação ‘oriental’ acima das especificidades geográficas que os distinguiam, contribuindo assim para consolidar a profissão de ‘orientalista’, investida de um sentido tão heterogéneo como o próprio ‘Oriente’ que se pretendia estudar” (*Outros Orientalismos*, 2009, pp. 75-76). Essa profissionalização decorre de forma mais imediata do estabelecimento de escolas, cátedras universitárias e *curricula* especializados um pouco por toda a Europa, a partir do final do século XVIII, como são exemplo a École Nationale (ou *Spéciale*) des Langues Orientales Vivantes (fundada em Paris, em 1795) ou, a partir da década de 1830, as universidades alemãs de Berlim e de Munique, que captaram um importante e atrativo corpo docente. Guilherme de Vasconcelos Abreu e David Lopes exemplificam dois trajetos científicos distintos, que beneficiaram desse esforço de especialização orientalista.

Vasconcelos Abreu teria ambicionado escrever uma história monumental da presença portuguesa na Ásia, para a qual afirmava contribuir com fragmentos através da obra que ia publicando, vocacionada tanto para o ensino da língua sânscrita como para o estudo comparado de religiões, mitografias e tradições literárias a partir de uma perspetiva filológica. Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra e formando-se depois em Engenharia Naval pela Escola Naval, entre maio de 1875 e julho de 1877 Vasconcelos Abreu



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

prosseguiu estudos de filologia oriental, em particular de Sânscrito, em Paris – na École Pratique des Hautes Études – e na Alemanha – na Universidade de Munique (de onde sai com uma carta de recomendação de Martin Haug). Para isso contou com uma bolsa do Ministério dos Negócios Estrangeiros para cultivar estudos que permitissem o “conhecimento do estado social e moral dos indígenas das colónias” (Abreu, *Investigações*, 1878, p. 5, n. 2), o qual seria essencial ao desenvolvimento de políticas de administração direta e de uma prática colonial mais eficazes. Argumentando em favor da necessidade de educar para saber gerir e manter as colónias, Vasconcelos Abreu, tendo em mente a Índia portuguesa, que poderia porventura ser reabilitada como a joia da coroa portuguesa à semelhança da congénere britânica – muito embora África representasse até ao final a esperança de redenção nacional (Catroga, “A história começou a Oriente”, pp. 227-230) –, defendeu a criação de um instrumento educativo ao serviço do estado português: um Instituto Oriental e Ultramarino, promotor de uma educação científica colonial. Apresentou este projeto no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* em 1890, tomando como modelos as escolas coloniais existentes em Inglaterra, França, Holanda e Alemanha, potências europeias detentoras de impérios já firmados. A Escola Colonial, criada em 1906 sob os auspícios da Sociedade de Geografia de Lisboa, acabaria por preencher essa função. Integrou um Instituto de Línguas Africanas e Orientais cujo currículo incluiu, até 1974, o ensino das línguas árabe, sânscrita, concani, tétum e chinesa, expondo uma visão utilitária do ensino, especificamente orientado para “agentes da administração ultramarina” (Thomaz, “Estudos árabo-islâmicos e orientais”, 2012, p. 15).

Já David Lopes fez a sua formação superior em instituições de ensino que procuravam dar respostas pedagógicas aos interesses coloniais dos seus governos. Discípulo confessado de Alexandre Herculano, o primeiro arabista português lecionou a nível superior, entre 1914 e 1937, a cadeira de Árabe na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (após um interregno de quase 45 anos, quando em 1869 foi extinta no Liceu de Lisboa, era então lecionada por Augusto Soromenho). Iniciou a sua formação em Paris, onde frequentou em simultâneo, entre 1889 e 1892, a École des Langues Orientales Vivantes e a École Pratique des Hautes Études. De regresso a Lisboa, ingressou no Curso Superior de Letras, na qualidade de aluno ordinário, que concluiu em 1895. Ali foi aluno de Vasconcelos Abreu, Consiglieri Pedroso, Adolfo Coelho, Teófilo Braga, Augusto de Sousa Lobo e Jaime Constantino de Freitas Moniz.

Em síntese, os estudiosos das matérias orientais serão responsáveis por, no século XIX, fomentar e manter à escala transnacional uma rede de intercâmbios mediatos – assentes numa intensa atividade epistolográfica – e imediatos – estes de mobilidade, sobretudo por via da participação em encontros científicos e também em missões de estudo ou campo –, que ajudariam a solidificar um quadro de produção de saberes mais contínuo e fértil sobre a Ásia e o Oriente em geral. As sociedades e associações científicas, tanto públicas como privadas, que se vão fundando na Europa desde o último quartel do século XVIII, em alinhamento com as orientações científicas e políticas dos governos nacionais, tiveram um papel fundamental não apenas no apoio à atividade dos orientistas, mas também na dinamização do ensino especializado. Em Portugal, são dois os exemplos mais paradigmáticos: dentro do espírito iluminista, é fundada a Academia Real das Ciências de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Lisboa, em 1779, que apoiou a criação do Curso Superior de Letras, em 1859, e foi o seu principal mecenas; com uma orientação mais politizada e visando sobretudo a presença portuguesa em África, a Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada em 1875 por umas quantas figuras da vida cultural e intelectual portuguesa, sob a iniciativa de Luciano Cordeiro e com o apoio do governo, por intermediação de Andrade Corvo, patrocinou, como se disse já, a criação da Escola Colonial em 1906 (mais tarde, em 1926, Escola Superior Colonial e, desde 1974, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas). Através desta Sociedade, organizada em duas comissões de trabalho, a Africana e a Asiática, que correspondem aos espaços de efetiva ocupação territorial portuguesa, e das iniciativas que promoveu, que incluem o financiamento de expedições de exploração da África e da Índia portuguesas ou o subsídio ao intercâmbio científico, intentou-se fortalecer o aparelho colonial português. Ambas as instituições desenvolveram os seus próprios sistemas de comunicação com a sociedade civil e de circulação dos saberes que iam produzindo, sobretudo através de publicações especializadas – periódicos científicos e coleções (como a de *Monumentos Inéditos para a História das Conquistas dos Portugueses em África, Ásia e América*, promovida pela Academia das Ciências entre 1858 e 1935) – e do estímulo a permutas bibliográficas entre instituições, muito para além da escala nacional.

Ainda assim, Portugal estava longe de dispor das mesmas condições que os grandes centros europeus de orientálica. Se, em 1874, o entusiasmo de Vasconcelos Abreu o leva a animar as hostes portuguesas em direção ao progresso, em 1892 o entusiasmo esmorece e dá lugar à disforia, lamentando então o sanscritista que o meio científico propício ao desenvolvimento dos estudos orientais “ainda não se formou entre nós” (*Passos dos Lusíadas*, 1892, p. III). A falta de condições de trabalho, a insuficiência de coleções bibliográficas e museológicas e a carência de subsídios financeiros que determinariam o atraso do país em relação aos vizinhos europeus serão uma constante do discurso português a propósito da sua posição no mapa europeu dos estudos orientais.

Se o espírito colecionista europeu foi desde o século XVIII atraído por motivos do Oriente, no final do século XIX, em ligação àquelas sociedades e associações científicas, criam-se outras estruturas de estímulo ao estudo e conhecimento do não europeu, umas formalmente mais organizadas, outras mais simbólico-patrióticas e de concretização temporal mais concentrada. Quanto às primeiras, destacam-se os museus coloniais (como o Museu Colonial de Lisboa que, começando a funcionar em 1870, se mudou para as instalações da Sociedade de Geografia em 1892) ou as coleções orientais privadas (como a que o visconde de S. Januário expôs, em 1878, na sua casa da rua do Alecrim, de que se leiloaram várias peças, indo algumas parar ao depósito do Museu Colonial de Lisboa [Cardoso, “Conde São Januário”, 2012-2013, p. 39]). As comemorações inserem-se nas segundas. A organização de exposições e a celebração de centenários foram mecanismos de materialização e rememoração do passado colonial português, pelos quais se revisitaram os heróis da história e da literatura da expansão marítima (de que sobressaem Vasco da Gama, D. Manuel, Nuno Álvares Pereira, o Infante D. Henrique, Camões, Afonso de Albuquerque, Fernão Mendes



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Pinto), transformados em símbolos da identidade nacional, e episódios históricos que foram determinantes na modelação dessa identidade (como a tomada de Ceuta, a Batalha de Alcácer Quibir ou a viagem de Vasco da Gama). O orientalismo em Portugal apoiou-se, então, num comemorativismo de culto do passado, pelo qual se fez a apologia do projeto de império português, e na mitificação da história nacional.

Assim sendo, entre a segunda metade do século XIX e prologando-se pela primeira metade do de XX, como, aliás, o contributo português para diversas sessões dos Congressos dos Orientalistas enfatiza, deteta-se, entre os orientalistas portugueses, uma obsessão, quase fetiche, com a história da presença portuguesa no Oriente, não fosse, como afirma David Lopes, “[o] século XVI [...] em Portugal o de maior atividade política e literária” (*Chronica dos Reis de Bisnaga*, 1897, p. LII). São os Portugueses que historiaram e documentaram essa aventura político-mercantil, como João de Barros, Diogo do Couto ou Garcia da Orta, que Lopes considera serem “os verdadeiros precursores dos orientalistas modernos, investigadores e concatenadores. Muitas vezes bebem nas fontes originais; outras recorrem a intérpretes; há uma sofreguidão de saber neles que é tanto mais admirável quanto os elementos de que se podia lançar mão eram poucos” (Idem, p. LII). A estes nomes, autores de crónicas e tratados, que ilustram o que hoje, à luz das teses saidianas sobre orientalismo moderno (*Orientalismo*, 1978), podemos interpretar como proto-orientalismo, acrescem os da atividade missionária, que produziu discursos com relevância documental, desde cartas reportando o avanço da missão a ferramentas linguísticas de apoio ao entendimento intercultural e ao êxito não apenas da conversão mas também do projeto comercial, e outros que escreveram roteiros e relatos de viagens, terrestres ou marítimas, bem como relatórios das embaixadas portuguesas ao Oriente.

Dos principais núcleos temático-geográficos versados pelos orientalistas portugueses, coincidentes com as áreas de atuação da Companhia de Jesus e com momentos chave da história da expansão, sobressaem a Índia portuguesa (por vezes posta em correlação com a antiga joia da coroa portuguesa, o Brasil, através sobretudo dos trabalhos de António Lopes Mendes), o Norte de África, Macau e, com menor expressão, a cultura judaico-hebraica (com Joshua E. Levy, Mendes dos Remédios, Joseph Benoliel ou Samuel Schwarz), China (através dos trabalhos lexicográficos do padre Joaquim Afonso Gonçalves) e Japão. Também Timor ganha relativa visibilidade a partir da década de 1950, após a ocupação japonesa e quando o desmoronamento do projeto colonial português era já uma evidência. Os interesses linguísticos dos orientalistas portugueses extravasaram, porém, as fronteiras desses espaços de atuação, negligenciando, aliás, línguas que foram essenciais à construção do império do Oriente português, nomeadamente o Chinês e o Japonês. As filologias etio-semíticas estudadas incluíam, para além do Sânscrito e do Árabe, também o Hebraico e o Gêes, uma preferência que se coadunava com as preocupações europeias oitocentistas; do mesmo modo, outras línguas orientais (como a malaia ou a tâmil) seriam ocasionalmente discutidas para fins de filologia comparada. Os idiomas da Índia portuguesa, com destaque para o Concani (língua viva), e os crioulos ultramarinos determinarão, porventura, a especificidade da filologia oriental praticada em Portugal. Se, por um lado, se investigavam as línguas com as quais os Portugueses contactaram, por outro privilegiava-



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

se o estudo da língua portuguesa, sua circulação e contacto com as línguas orientais e crioulos daí resultantes, o que, de novo, equivaleria a estudar a história da expansão e da presença portuguesa na Ásia. Esta recuperação da memória da língua portuguesa nas línguas orientais e vice-versa enfatiza a atualidade da constatação de Nebrija, na sua *Arte de grammatica de lingua castellana* (Salamanca, 1492), de que a língua foi companheira fiel do império (e da fé).

A historiografia portuguesa que se pratica a partir do período finissecular está, como se tem vindo a demonstrar, em sintonia com este localizar das raízes do orientalismo português no século XVI, que Sousa Viterbo classificou como “infalivelmente, um vasto e precioso museu oriental” (*O Orientalismo em Portugal no século XVI*, 1893, p. 3). É esse “museu” que, como relicário de fontes sobretudo textuais, será, entre o final do século XIX e os anos de 1950-1960, inventariado, revisitado e analisado, contribuindo-se deste modo para a organização de fontes de que qualquer disciplina necessita para se estabelecer como disciplina de direito.

A revisitação de fontes que se verifica a partir da segunda metade do século XIX caberia não apenas a filólogos mas também a historiadores. Se, por um lado, vem a configurar-se como um exercício ideológico de recuperação da glória passada, por outro é um exercício de reflexão sobre as causas de um projeto de império falhado. Publicam-se catálogos de manuscritos existentes em bibliotecas públicas do reino (por exemplo, Cunha Rivara, *Catalogo*, 1850-1871), um trabalho arquivístico que voltaria a estar muito em voga entre as décadas de 1940 e 1970; recuperam-se fontes documentais, inéditas ou caídas em esquecimento, por via da reimpressão, edição ou tradução (por exemplo, a edição em 1892 pelo Conde de Ficalho de *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, em dois volumes, de Garcia da Orta); estudam-se os episódios em que a história nacional se funde com a do Oriente e as grandes figuras dessa história – as que a escreveram (os cronistas), cantaram (Camões, Fernão Mendes Pinto) ou encenaram de forma alusiva (Gil Vicente) e as que a protagonizaram e talharam no terreno (os heróis da expansão, quer os navegadores portugueses quer os seus patronos régios). Este exercício tanto de preservação como de retificação da memória histórica, quer escrita (fontes documentais) quer também material (através do colecionismo e de exposições, e inclusive da numismática e da epigrafia), é um de redefinição identitária e de simultânea reivindicação da pertença portuguesa ao orientalismo.

Muitas das publicações que constituem o quadro de produção discursiva orientalista foram impressas no âmbito de ciclos comemorativos que moldaram a mitologia nacional finissecular pela exaltação dos heróis da história nacional, como o tricentenário de Camões (1880), que narrou a aventura lusitana no Oriente, o quarto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia (1898) ou o quinto centenário da tomada de Ceuta e quarto de Afonso de Albuquerque (1915). No ato de recuperação e nomeação de figuras do passado histórico português esconde-se não apenas um gesto de humanização desse passado, mas também a constatação de uma dicotomia que permeia todo o discurso português sobre o Oriente, a do pioneirismo no conhecimento do espaço e no entabulamento de contactos comerciais, linguísticos e culturais que seria



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

incompatível com o atraso dos estudos sobre esse mesmo Oriente em Portugal e a falta de visibilidade do país, nos séculos XIX e XX, nos meios de debate europeu.

O aparato crítico das fontes que se revisitam ou até então inéditas serviu frequentemente como espaço retórico sobre o Outro não cristão e não europeu e também de reescrita da História. Veja-se o caso de Esteves Pereira, em que se deteta uma historiografia que, aliada aos princípios da filologia clássica, faz a apologia da verdade histórica da palavra escrita, ou seja, das fontes.

Este veterano dos estudos etiópicos em Portugal (Cohen, “Les études éthiopiennes”, 1922, p. 137), membro ativo da Academia das Ciências, da Sociedade de Geografia e da Société Asiatique, distinguiu-se, de forma excepcional, pela reputação internacional que alcançou sem estar ligado à estrutura académica, e talvez por isso sem deixar discípulos. Coursou, com distinção, Engenharia na Escola do Exército em Tancos, consolidando carreira, em Portugal, como engenheiro militar e com poucas deslocações documentadas ao estrangeiro. Se, em 1897, um bilhete de comboio o confirma presente, como ouvinte, na XI sessão do Congresso Internacional de Orientalistas, dúvidas há quanto à sua presença efetiva na XIV sessão em 1905, em Argel, a primeira a decorrer fora da Europa, em cujas atas publicou um trabalho seu. Foi autor de extensa obra de índole filológica, dedicando-se sobretudo à divulgação de literatura eclesiástica e cronística e à investigação da história do Cristianismo, particularmente no que concerne à África oriental e à Etiópia em concreto, cuja igreja cristã, uma das mais antigas do mundo (ortodoxa e resultante de sincretismos vários), constitui um estudo de caso peculiar no contexto africano. Especialista em Gêes, estudando numa fase mais tardia o Sânscrito e até o Persa antigo, deu a conhecer, por via do estudo crítico-literário, da edição e da tradução, manuscritos inéditos, sempre devidamente contextualizados e anotados, reveladores de preciosismo arqueológico e histórico para uma melhor compreensão das raízes da cultura europeia de matriz cristã. Nesse exercício de contextualização, o rigor autoimposto, muito patente no seu desempenho tradutório, passa inclusive por opções discursivas que, enquanto manancial de erudição e de atribuição de um estatuto científico ao estudo, não fosse Esteves Pereira um homem das ciências, por vezes tornam os seus textos inteligíveis apenas a especialistas (por exemplo, com a manutenção de títulos honoríficos, unidades de medida ou datas na sua forma original, em Gêes, sem qualquer clarificação ou equivalência para o sistema europeu). Tirou partido de uma sólida rede de contactos para obter cópias – manuscritas ou fotográficas, que lhe eram posteriormente remetidas por correio – dos materiais que constituíam o seu objeto de estudo, edição e tradução; foi através de intermediários, que por vezes nomeia nos paratextos dos seus trabalhos, que acedeu à coleção oriental do Museu Britânico ou ao fundo etiópico da Biblioteca Nacional de França. Editou também textos sobre a história da expansão portuguesa, praticando uma historiografia ao serviço da verdade, ou da reposição dessa verdade, em cuja tradição também se insere David Lopes, seu amigo, e que historiadores como Cunha Rivara e Luciano Cordeiro já vinham fazendo.

Ao contrário de grandes figuras seiscentistas, como Duarte Barbosa, Tomé Pires, Fernão Lopes de Castanheda, Diogo do Couto ou Gaspar Correia, com períodos de vivência direta mais ou menos longos na



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Ásia ao serviço do estado português, mas à semelhança de João de Barros, as da historiografia portuguesa oitocentista escreveram, muitas vezes, a partir de uma posição de exterioridade em relação à Ásia, ou seja, a partir de Portugal. Poucos foram como Cunha Rivara, português que se fez orientalista em Goa (Machado, “A experiência indiana”, 2009, p. 25). Os historiadores oitocentistas beneficiariam tanto dos legados deixados pelos seus antecessores como de uma formação mais especializada no âmbito da orientalista, colhendo saberes nos ou provenientes dos grandes centros europeus de estudos orientais, e/ou tirando partido de períodos de intercâmbio fora de Portugal, para fins de formação, estudo ou investigação. No entanto, o discurso sobre o “Oriente Português” não se fez exclusivamente a partir da metrópole.

Outras vozes de orientalistas orientais há a registar fora de Portugal mas visando-o nos seus estudos, algumas trabalhando isoladamente sem conseguirem penetrar na comunidade nacional de debate orientalista, porventura por não publicarem em língua portuguesa, por os seus trabalhos terem circulado preferencialmente entre outras tradições académicas e, talvez sobretudo, por serem críticos da atuação portuguesa quinhentista e seiscentista na Ásia, ao denunciarem o uso de violência na imposição de uma religião exógena. Gerson da Cunha, goês de nascimento mas vivendo entre Bombaim e Inglaterra, será o exemplo mais flagrante, como demonstram os trabalhos de Filipa Lowndes Vicente (por exemplo, “Orientalismos periféricos?”, 2010), escrevendo sempre em Inglês e movendo-se entre a Índia britânica e os meios orientalistas italiano e inglês. Outras há mais recentes igualmente periféricas, como a investigação desenvolvida no âmbito do projeto *Textos e Contextos do Orientalismo Português*, em curso na Universidade de Lisboa, tem revelado. Umhas que se emparelham com Gerson da Cunha, como o seu sucedâneo George Mark Moraes, que nasceu em Salsete mas se estabeleceu em Bombaim; outras que, dado o momento em que escreveram e ainda que publicando profusamente e até na metrópole, têm sido ofuscadas pelo protagonismo de historiadores coetâneos mais alinhados com as vicissitudes do regime político vigente. É a situação de José Maria Braga, originário do eixo geográfico de Macau-Hong Kong e consolidando-se como investigador independente, sem um vínculo formal à academia ou a instituições científicas da metrópole portuguesa.

Filho natural de Hong Kong mas descendente e adotivo de Macau, emigrando no final da década de 1960 para Nova Iorque antes de se estabelecer na Austrália (primeiro Camberra, depois Sidney) e de regressar definitivamente ao território norte-americano (S. Francisco), produziu uma vasta e eclética obra sobre a história da presença portuguesa e da ação missionária na Ásia. Um trabalho, aliás, muito na linha do que Cunha Rivara nas décadas de 50 e 80 do século anterior sedimentara, conquanto este se tenha circunscrito à presença portuguesa na Índia e concentrado a sua pesquisa nos arquivos de Goa. Como assinala Isaú Santos (“José Maria Braga”, 2014), Braga desenvolveu importante trabalho arquivístico sobretudo em Portugal (na Biblioteca da Ajuda, onde inventariou as fontes manuscritas existentes do Padroado Português do Oriente, em particular sobre Macau, China e Japão), bem como em Itália e no Japão. Assumindo Macau como o seu principal estudo de caso, juntou-se a nomes como os do historiador britânico Charles Boxer, do



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

macaense Pe. Manuel Teixeira ou do Pe. António da Silva Rego, com quem se correspondia. Quanto ao primeiro, esclarece Santos que os trabalhos de ambos se complementam no “estudo das relações luso-chinesas – desde o dealbar da missão jesuíta na Ásia – e ainda no [...] conhecimento da posição do eixo Macau/Hong Kong no circuito de informação e contrainformação ocorrido na Segunda Guerra Mundial” (Idem, p. 299). Com efeito, pela sua posição geográfica, Braga serviu como elo privilegiado de ligação/mediação entre Portugal e a comunidade portuguesa de Hong Kong. Por exemplo, por ocasião do primeiro congresso das Comunidades Portuguesas do Mundo, que aconteceu em dezembro de 1964, na capital lisboeta, é contactado por Silva Rego, em nome da Sociedade de Geografia, para que recomendasse representantes da comunidade portuguesa de Hong Kong que ali pudessem participar.

A par da revisitação textual da história e memória da presença portuguesa no Oriente, não se descarta a necessidade de criar infraestruturas de apoio ao desenvolvimento dos estudos orientais em Portugal, sendo frequente o apelo à (re)organização e classificação de núcleos documentais desde o final do século XIX. Apenas meio século mais tarde, na década de 1950, sobressaem nomes como o de Silva Rego com o seu projeto da Filmoteca Ultramarina Portuguesa. Criada em 28 de janeiro de 1952, passando em 1955 a integrar o recém-fundado Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, era seu objetivo dar continuidade material a essa história da presença portuguesa na Ásia através da reunião, em microfilme, de documentos repartidos por arquivos dispersos pelo mundo, desde que relacionados com a história da expansão. Tratava-se, no fundo, de criar um espaço documental de memória do império.

A revisitação da história da presença portuguesa no Oriente, através dos seus heróis e de episódios desse passado, constituiu-se, no fundo, como uma genealogia que é também a do desenvolvimento de um conjunto de saberes, os estudos orientais – ou orientalismo. No discurso dos orientalistas portugueses entre o final do século XIX e a década de 20, esta genealogia é, na verdade, uma genealogia da ausência desses estudos em Portugal, ainda que, à luz do estado da arte atual, esse continue a ser o período em que os estudos orientais mais floresceram e mais se fez orientalismo em Portugal. Essa revisitação não deixa de se manifestar na literatura portuguesa finissecular. Com a melhoria e o aumento das possibilidades de viajar, aproximando lugares e pessoas, a que acresce a abertura, não menos significativa, do Japão ao Ocidente a partir de 1854, intensifica-se o trânsito de jornalistas, oficiais do estado português (marinheiros, diplomatas, cônsules), de intelectuais e curiosos que darão testemunho das suas impressões de viagem, reproduzindo por vezes os tópicos dos discursos mais académicos e dando amiúde vida a narrativas etnocêntricas de desconfiança ou constatação do atraso e diferença do Outro tipificado como exótico.

O período entre guerras e imediato pós-guerra, marcado pelo fim do que Hespanha designou como a “mitologia republicana” de retorno às grandes figuras da história da expansão (“O Orientalismo em Portugal”, 1999, p. 30) e pela concomitante ascensão da direita com o estabelecimento do Estado Novo, corresponde *grosso modo* a uma fase de estagnação tanto para a produção historiográfica nacional como para os estudos orientais, ao mesmo tempo que foi propício ao cultivo de discursos de poder sobre o Outro colonial (oriental



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ou africano). Ao alinhar-se a historiografia com os ideais, interesses e agenda do regime, ficou isolada de outras tradições produzidas fora de Portugal e refém de discursos de exaltação patriótica e de reivindicação de um *status* colonial, assim como de replicação das teorias raciais (de Ernest Renan ou Gobineau) tão pouco favoráveis ao estrangeiro. A teoria luso-tropicalista, de que o Estado Novo se apropriou nas décadas de 50 e 60 em reforço da sua ideologia, mais não seria do que uma revisitação dos discursos orientalistas, na aceção moderna que Said dá ao termo, tanto mais que reafirmada e sistematizada numa conferência no Instituto do Vasco da Gama em Goa, em 1951. Também as efemérides de exaltação da pátria assumem contornos mais aparatosos e claramente educativos, como o foram a Exposição do Mundo Português de 1940, no âmbito do duplo centenário da fundação e restauração de Portugal, ou as comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, em 1960. A *História de Portugal*, em sete volumes, dirigida por Damião Peres e publicada entre 1928 e 1954, apresenta-se como uma edição monumental comemorativa do oitavo centenário da Fundação da Nacionalidade; entre 1937 e 1940, mais comedida é a *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, em três volumes, sob a direção de António Barão, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, cujo título não deixa, contudo, de evocar um projeto ecuménico e o papel de Portugal na feitura da história universal. Também o último volume sai por ocasião das comemorações do centenário da fundação e restauração de Portugal. A expansão marítima foi um tema e expediente retórico constante da historiografia nacional, servindo a construção de narrativas simbólicas sobre a história de Portugal que são, no fundo, narrativas identitárias pelas quais se procuraria preservar, instrumentalizar e atualizar uma memória histórica e coletiva.

A partir da década de 60 inicia-se o fim da influência portuguesa em territórios ultramarinos, primeiro em 1961, com o desmantelamento do Estado Português da Índia, um ano depois de o jornal *O Século* preparar um suplemento a ele dedicado, a 9 de dezembro de 1960, em cuja folha de rosto se lê “a unidade, a grandeza e o prestígio de Portugal”. Sem dúvida, um gesto último de negação de um desfecho por todos adivinhado e de evocação do mito do império, que serviu de baluarte ao regime e de justificação para o projeto do ultramar. Seguiram-se-lhe os processos de descolonização de África, chegando o ciclo colonial definitivamente ao fim com a restituição da administração de Macau ao governo da China em dezembro de 1999.

Em retrospectiva, entre 1873 e 1973, pouco antes da Revolução dos Cravos e data do último Congresso Internacional de Orientalistas, realizado, tal como o primeiro, em Paris, como que em celebração de um ciclo centenário que terminava, os discursos portugueses sobre o Oriente, tomando como objeto os múltiplos espaços orientais marcados pela presença portuguesa, entrelaçam-se por via de afinidades várias. A mais constante é, sem dúvida, a prática de uma historiografia comprometida com a identidade da nação e o projeto de império passado, que dá conta de uma disjunção entre história (passado) e progresso ou especialização do saber. Pode assim falar-se em duas fases de orientalismo descontínuo: o professado nos séculos XVI e XVII, marcado pela idealização de um império, e o que se inicia no final do século XIX, firmado na consciência de um pioneirismo que abriu caminho à modernidade europeia, de que Portugal se sentiu injustamente arredado. O orientalismo em Portugal tem, assim, (sobre)vivido em estado de latência e com base numa



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

relação de interdependência ideológica entre identidade nacional e História. Epistemologicamente interdisciplinar, assimilando contributos de outras áreas disciplinares mais sólidas (como a filologia, a história, a ciência das religiões comparadas, a antropologia, a arqueologia) e agregando subdisciplinas geoculturalmente mais circunscritas (estudos chineses, estudos japoneses, estudos de Sânscrito, etc.), o orientalismo beneficiou dos esforços envidados pelos seus agentes com vista à criação de uma comunidade interpretativa, que funcionou de forma descontínua e de acordo com os interesses de agendas pessoais, políticas e científicas.

A constatação que Luís Filipe Thomaz faz em 1996 de que, “[a] despeito de ser o país da Europa com mais longa experiência de contacto com os povos do Oriente, Portugal é, tanto quanto sabemos, aquele em que os estudos orientais estão menos desenvolvidos” (“Estudos árabo-islâmicos”, 2012, p. 13) é a mesma que os intelectuais orientalistas finisseculares exclamaram. Frustrando as tentativas empreendidas por esses orientalistas, nem mesmo um século seria suficiente para reverter a posição de Portugal. Projetos recentes como o *Dicionário dos Orientalistas de Língua Portuguesa* e o já mencionado *Textos e Contextos do Orientalismo Português: Os Congressos Internacionais de Orientalistas (1873-1973)* (PTDC/CPC-CMP/0398/2014) têm resgatado e dado visibilidade a essas figuras, individuais e coletivas, que fizeram Portugal participar nas redes de debate orientalista internacionais e reclamaram o protagonismo português na mediação das relações sobretudo entre a Europa e a Ásia nos séculos XVI e XVII.

Bibliografia Ativa: ARQUIVO HISTÓRICO DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, *Livro dos Termos dos Exames dos Alunos do Curso Superior de Letras*, 1884-1894, cx. 8, cp. 4; *Livro 2.º dos Termos dos Exames dos Alunos do Curso Superior de Letras*, 1893-1900, cx. 8, cp. 5.; ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Correspondencia Artistica e Scientifica Nacional e Estrangeira com J. Possidónio da Silva*, vol. 7 (em 8.º), 1874, docs. 986 e 986bis.; BIBLIOTECA NACIONAL DA AUSTRÁLIA, *Braga Collection. Papers of J.M. Braga, Letters of António da Silva Rego*, subsérie 3-10, carta de 16-09-1964.; COHEN, Marcel, “Les études éthiopiennes”. *Le Livre du centenaire de la Société Asiatique (1822-1922)*. Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1922, pp. 133-140; COLAÇO, José Daniel, e COLAÇO, Júlio Rey, ms. *Alcacer-Kebir. Descrição arabe da batalha traduzida em colaboração com o interprete Julio Rey Colaço*, Arquivo Histórico Militar, cx. 344, doc. 26, 1901 [1892]; CUNHA RIVARA, Joaquim Heliodoro da, *Catalogo dos manuscriptos da bibliotheca publica eborense*, 4 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1850-1871; DALGADO, Sebastião Rodolfo, *Glossário Luso-Asiático*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade/Academia das Ciências de Lisboa, 1919; LITTRÉ, É., *Dictionnaire de la langue française*, vol. 3, Paris, Librairie Hachette, 1873-1874. [Consult. 19 de setembro de 2018]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.littre.org/definition/orientalisme>; LOPES, David, *Chronica dos Reis de Bisnaga. Manuscrito inedito do seculo XVI*, Contribuições da Sociedade de Geografia de Lisboa para o IV Centenário do Descobrimento da Índia, Lisboa, Imprensa Nacional/Sociedade de Geografia de Lisboa, 1897; Id., “Note



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

historique sur l'Inde". *Actes du XI Congrès International des Orientalistes. Paris-1897. Première Section. Langues et Archéologie des Pays Ariens*. Paris, Imprimerie Nationale, 1899, pp. 69-73 ; LOPES MENDES, António, *O Oriente e a America. Apointamentos sobre os usos e costumes dos povos da Índia Portuguesa comparados com os do Brazil. Memoria apresentada á X sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas*, Lisboa, Imprensa Nacional/Sociedade de Geografia de Lisboa, 1892; PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Influencia dos Descobrimentos Portuguezes na Historia da Civilização*, IV Centenário da Índia, Lisboa, A Liberal, 1898; REGO, António da Silva, "Indological Studies in Portuguese Archives" [resumo]. *Proceedings of the Twenty-Third International Congress of Orientalists, Cambridge, 21st-28th August, 1954*. Londres, The Royal Asiatic Society, 1956, pp. 222-223; SOARES, Anthony Xavier, "Preface". SOARES, Anthony Xavier (trad.). *Portuguese Vocables in Asiatic Languages: From the Portuguese Original of M. S. R. Dalgado*, vol. 1. Nova Deli e Madras, Asian Educational Services, 1988 [1936], pp. v-x; VASCONCELOS ABREU, Guilherme de, *Exposição feita perante os membros da Comissão Nacional Portuguesa do Congresso Internacional dos Orientalistas convocados para constituirem uma Associação promotora dos estudos orientaes e glotticos em Portugal*, Lisboa, Typographia Luso-Britannica de W. T. Wood, 1874; Id., *Investigações sobre o Character da Civilização Árya-Hindu*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878; Id., *Passos dos Lusíadas Estudados à Luz da Mitolojia e do Orientalismo: memória apresentada à X Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892; Id., "O Instituto Oriental e Ultramarino Português. Idéas succintas àcêrca da sua criação". *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*. Lisboa, 9.ª série, 1890, pp. 521-545; VIEIRA, Dr. Fr. Domingos, *Grande Diccionario Portuguez; ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, vol. IV, Porto, Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873; VITERBO, Sousa, *O Orientalismo em Portugal no Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

Bibliografia Passiva: BARRETO, Luís Filipe, "O orientalismo conquista Portugal". NOVAES, A. *et al.*, *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 273-292; CARDOSO, João Luís, "Conde de São Januário, presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1896-1901)". *Arqueologia & História. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, vols. 64-65, 2012-2013, pp. 31-44; CATROGA, Fernando, "A história começou a Oriente". RODRIGUES, Ana Maria, *O Orientalismo em Portugal (séculos XVI-XX)*. Lisboa, INAPA/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 197-233; HESPANHA, António Manuel, "O Orientalismo em Portugal (séculos XVI-XX)". RODRIGUES, Ana Maria, *O Orientalismo em Portugal (séculos XVI-XX)*. Lisboa, INAPA/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 15-37; MACHADO, Everton V., "A experiência indiana de Cunha Rivara". RAFAEL, Gina; FRANCO, Luís Farinha, *Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara 1809-1879*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009, pp. 25-36; MATOS, Sérgio Campos, "Oriente e orientalismo em Portugal no século XIX: o caso de Oliveira Martins".

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Cadmo. Lisboa, n.º 12, 2002, pp. 211-224 ; RABAULT-FEUERHAHN, Pascale, “La science la robe au vent’. Le congrès international des orientalistes et la disciplinarisation des études orientales”. *Dossiers d’HEL*. Paris, n.º 5, 2012, pp. 1-16. [Consult. 19 de setembro de 2018]. Disponível em WWW: http://htl.linguist.univ-paris-diderot.fr/_media/num5/articles/rabault_2012.pdf; RAMOS, Manuela Delgado Leão, *António Feijó e Camilo Pessanha no panorama do orientalismo português*, Lisboa, Fundação Oriente, 2001. [Consult. 19 de setembro de 2018]. Disponível em WWW: <URL: <https://manueladramoslivro2001.wordpress.com>>; SALDANHA, António Vasconcelos de, “Do Oriente Português”. CASTELO-BRANCO, Miguel, *Os Portugueses e o Oriente: Síão – China – Japão. 1840-1940*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2004, pp. 27-31; SANTOS, Isaú, “José Maria Braga/Jack Braga, 1897-1988: ensaísta e colecionador”. CASTELO-BRANCO, Miguel. *Portugal-China: 500 anos*. Lisboa, Babel, 2014, pp. 299-300; THOMAZ, Luís Filipe, “Estudos árabo-islâmicos e orientais em Portugal”. VON KEMNITZ, Eva-Maria. *Estudos Orientais. Volume comemorativo do primeiro decénio do Instituto de Estudos Orientais (2002-2012)*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2012 [1996], pp. 13-32; VICENTE, Filipa Lowndes, “Orientalismos periféricos? O historiador goês José Gerson da Cunha (Bombaim, 1878)”. *Ler História*. Lisboa, n.º 58, 2010, pp. 27-46; Id., *Outros Orientalismos: a Índia entre Florença e Bombaim, 1860-1900*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

Marta Pacheco Pinto